

RELATÓRIO DE GESTÃO

2025





Mensagem da Presidência

O exercício de 2025 representou para o Conselho Regional de Química da 16ª Região – Mato Grosso um período de **consolidação institucional**, marcado por esforços voltados à manutenção das atividades finalísticas, ao equilíbrio administrativo e ao fortalecimento gradual dos mecanismos de governança e controle.

Ao longo do ano, a gestão concentrou-se em **assegurar a continuidade da fiscalização profissional**, no atendimento aos profissionais e às empresas registradas, bem como no cumprimento das obrigações legais e regimentais que regem o Sistema CFQ/CRQs. Mesmo diante de limitações orçamentárias, operacionais e de desafios estruturais, foi possível manter o funcionamento regular da Autarquia e avançar em ações pontuais de aprimoramento administrativo e organizacional.

Os resultados alcançados refletem um **desempenho compatível com a capacidade institucional atual**, evidenciando avanços em alguns processos internos, ao mesmo tempo em que permanecem desafios relevantes, especialmente no que se refere à ampliação da fiscalização, à modernização de procedimentos, ao fortalecimento da gestão de pessoas e ao aprimoramento do planejamento estratégico orientado a resultados.

A gestão reconhece que há **oportunidades claras de evolução**, as quais demandam planejamento consistente, qualificação dos processos decisórios e maior integração entre as áreas administrativas e finalísticas. Nesse sentido, o exercício de 2025 também serviu como base para a identificação de fragilidades e para a definição de prioridades que orientarão as ações dos próximos exercícios.

Declaro que as informações apresentadas neste Relatório de Gestão refletem, de forma fidedigna, os atos de gestão praticados, os resultados obtidos e os desafios enfrentados pelo CRQ-MT no exercício de 2025, em conformidade com as normas do Tribunal de Contas da União e com os princípios da legalidade, transparência, eficiência e responsabilidade na aplicação dos recursos públicos.

Reafirmo, por fim, o compromisso desta Presidência com o **aperfeiçoamento contínuo da governança**, com a prestação de contas à sociedade e com o fortalecimento institucional do Conselho, visando cumprir, de forma cada vez mais efetiva, sua missão legal em benefício da sociedade e da valorização da profissão química.

Suzana Aparecida da Silva

Presidente do CRQ XVI Região Mato Grosso

SÚMARIO

CAPÍTULO 1 – VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO.....	1
1.1 IDENTIDADE INSTITUCIONAL.....	1
MISSÃO, VISÃO, VALORES.....	1
1.2 COMPETÊNCIAS LEGAIS E REGULATÓRIAS.....	2
1.3 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E GOVERNANÇA.....	3
1.4 AMBIENTE EXTERNO DE ATUAÇÃO.....	4
1.5 MODELO DE GERAÇÃO DE VALOR PÚBLICO.....	5
1.6 POLÍTICAS E NORMAS DIRECIONADORAS.....	6
1.7 PARTES INTERESSADAS.....	6
1.8 PRINCIPAIS DESAFIOS INSTITUCIONAIS IDENTIFICADOS EM 2025.....	7
CAPÍTULO 2 – RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS.....	9
2.1 CONTEXTUALIZAÇÃO.....	9
2.2 PRINCIPAIS RISCOS IDENTIFICADOS.....	9
2.3 ANÁLISE DOS RISCOS.....	10
2.4 MATRIZ DE RISCOS – PROBABILIDADE X IMPACTO.....	10
2.5 OPORTUNIDADES INSTITUCIONAIS.....	12
2.6 GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS.....	12
2.7 PERSPECTIVAS PARA OS PRÓXIMOS EXERCÍCIOS.....	13
CAPÍTULO 3 – GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO.....	14
3.1 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA.....	14
3.2 ESTRATÉGIA INSTITUCIONAL.....	14
3.3 RELAÇÃO ENTRE GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E RESULTADOS.....	15
3.4 AÇÕES DE MELHORIA IMPLEMENTADAS EM 2025.....	15
4. RESULTADO DA ÁREA FINALÍSTICA.....	15
4.1 JULGAMENTO.....	15
4.2 ANÁLISE DOS PROCESSOS DELIBERADOS PELO PLENÁRIO.....	16
4.3 DISTRIBUIÇÃO DOS PROCESSOS POR CATERGORIA.....	17
4.4 INDICADORES DE DESEMPENHO DECISÓRIO.....	17
4.5 ANÁLISE QUALITATIVA DAS DELIBERAÇÕES.....	17
4.6 CONSIDERAÇÕES SOBRE GOVERNANÇA E EFICIÊNCIA.....	18
5 RESULTADO DA ÁREA FINALÍSTICA	18
5.1 FISCALIZAÇÃO.....	18
CAPÍTULO 4 – SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA.....	21
4.1 – ESTRUTURA DE GOVERNANÇA FINANCEIRA.....	21

SÚMARIO

4.2 MODELO DE FINANCIAMENTO E ESTRUTURA DE RECEITAS.....	21
4.3 PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO E EXECUÇÃO.....	22
4.4 ESTRUTURA E QUALIDADE DA DESPESA.....	23
(1) – DESEMPENHO DA RECEITA.....	23
(2) – EXECUÇÃO DA DESPESA.....	25
(3) – ESTRUTURA DA DESPESA.....	26
(4) – AVALIAÇÃO DA EFICIÊNCIA E GOVERNANÇA.....	27
(5) – RECOMENDAÇÕES E PERSPECTIVAS.....	27
5 (a) Despesas Extra Orçamentaria, Decréscimo e Patrimoniais.....	28
5 (b) Da Provisão para devedores duvidosos.....	29
4.5 GESTÃO DA INADIMPLÊNCIA E SUSTENTABILIDADE.....	29
4.6 CONTROLES INTERNOS E CONFORMIDADE CONTÁBIL.....	31
4.7 ANÁLISE DE SUSTENTABILIDADE DE MÉDIO PRAZO.....	31
4.8 – CONCLUSÃO TÉCNICA.....	31
NOTA EXPLICATIVA Nº 01 (Base de Elaboração e Contexto Operacional)	32
4.1 – BASE NORMATIVA E CRITÉRIOS CONTÁBEIS.....	32
NOTA EXPLICATIVA Nº 02 (Principais Práticas Contábeis) 33	
a) Regime Contábil - b) Receitas – c) Despesas – d) Ativo Imobilizado.....	33
NOTA EXPLICATIVA Nº 03 (Gestão da Inadimplência)	34
NOTA EXPLICATIVA Nº 04 (Controles Internos e Conformidade).....	35
NOTA EXPLICATIVA Nº 05 (Sustentabilidade Financeira)	36
NOTA EXPLICATIVA Nº 06 (Eventos Subsequentes).....	37
ROL DE RESPONSÁVEIS	38
DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO 2025.....	39
DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE DAS INFORMAÇÕES.....	40
DECLARAÇÃO DE APROVAÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO.....	41
PARECER DA COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS.....	42
ACORDÃO.....	42



CAPÍTULO 1

VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO

CRQ da 16ª Região – Mato Grosso | Exercício 2025

1.1 Identidade Institucional

O Conselho Regional de Química da 16ª Região – Mato Grosso (CRQ-MT) é autarquia federal integrante do Sistema CFQ/CRQs, dotada de personalidade jurídica de direito público, autonomia administrativa e financeira, criada nos termos da Lei nº 2.800/1956.

Atua como entidade fiscalizadora do exercício das atividades profissionais da área da Química no Estado de Mato Grosso, garantindo que tais atividades sejam exercidas por profissionais legalmente habilitados e em conformidade com a legislação vigente, com vistas à proteção da sociedade.

Missão

Fiscalizar e disciplinar o exercício das atividades da Química no Estado de Mato Grosso, promovendo a valorização profissional e a proteção da sociedade.

Visão

Ser reconhecido como instituição de referência na fiscalização e valorização das atividades químicas no Estado de Mato Grosso.

Valores

- Legalidade
- Ética
- Transparência
- Responsabilidade institucional
- Compromisso com a sociedade
- Valorização profissional



Quadro 1 – Identificação Institucional

Item	Informação
Denominação completa	Conselho Regional de Química da 16ª Região - Mato Grosso
Sigla	CRQ-MT
Natureza jurídica	Autarquia Federal
Vinculação	Sistema CFQ/CRQs
Base legal de criação	Lei nº 2.800/1956
Área de atuação	Estado de Mato Grosso
Sede	Cuiabá-MT
Finalidade institucional	Fiscalização e regulamentação do exercício profissional da Química

O CRQ-MT integra o Sistema CFQ/CRQs, exercendo poder de polícia administrativa sobre o exercício das atividades químicas no Estado, com autonomia administrativa e financeira.

1.2 Competências Legais e Regulatórias

O CRQ-MT exerce suas atribuições com fundamento principal na:

- Lei nº 2.800/1956
- Decreto nº 85.877/1981
- Resoluções do Conselho Federal de Química (CFQ)
- Normas internas aprovadas pelo Plenário

Compete ao CRQ-MT, entre outras atribuições:

- Registrar profissionais e empresas da área da Química;
- Fiscalizar o exercício profissional;
- Exigir a responsabilidade técnica nas atividades privativas;
- Aplicar sanções administrativas quando constatadas irregularidades;
- Julgar processos éticos e administrativos;
- Arrecadar e gerir receitas provenientes de anuidades e taxas;
- Zelar pela valorização da profissão.



Quadro 2 – Competências Institucionais

Competência	Fundamentação Legal
Registro de profissionais	Lei nº 2.800/1956
Registro de empresas	Lei nº 2.800/1956
Fiscalização do exercício profissional	Lei nº 2.800/1956 e Dec. nº 85.877/1981
Exigência de Responsabilidade Técnica	Resolução do CFQ
Julgamento de infrações	Regimento Interno
Arrecadação de anuidades e taxas	Lei nº 12.514/2011
Aplicação de penalidades administrativas	Legislação profissional e normativos do CFQ

As competências são exercidas com observância aos princípios constitucionais da administração pública e às diretrizes emanadas do Conselho Federal de Química.

1.3 Estrutura Organizacional e Governança

A estrutura organizacional do CRQ-MT é composta por instâncias deliberativas, executivas e técnicas, observando os princípios da administração pública.

Estrutura de Governança

- **Plenário** – órgão máximo deliberativo
- **Presidência e Diretoria** – instância executiva
- **Comissões Permanentes e Especiais** – assessoramento técnico
- **Setores Administrativos e Técnicos** – execução operacional

A atuação institucional está baseada em decisões colegiadas, observando os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.



Quadro 3 – Estrutura de Governança

instância	Natureza	Competência Principal
Plenário	Deliberativa	Decisão superior e julgamento de processos
Diretoria	Executiva	Gestão administrativa e financeira
Presidência	Representante/ Executiva	Representação institucional e execução das deliberações
Comissões Técnicas	Consultiva	Análise técnica e assessoramento
Setores Administrativos	Operacional	Execução das atividades finalísticas e administrativas

A estrutura institucional é orientada por decisões colegiadas e por normativos internos aprovados pelo Plenário.

1.4 Ambiente Externo de Atuação

O CRQ-MT atua em um ambiente regulatório e socioeconômico caracterizado por:

- Expansão do setor agroindustrial no Estado;
- Crescimento de atividades industriais e laboratoriais;
- Ampliação do mercado ambiental e de análises químicas;
- Demandas crescentes por controle sanitário e qualidade da água;
- Limitações orçamentárias próprias das autarquias federais.

O cenário exige atuação fiscalizatória contínua, porém equilibrada com a capacidade operacional disponível.



Quadro 4 – Fatores Externos Relevantes (Análise Sintética)

Fator	Impacto Potencial
Expansão agroindustrial no Estado	Ampliação da demanda por fiscalização
Crescimento do setor ambiental	Aumento de responsabilidade técnica
Limitações orçamentárias	Restrição à expansão da fiscalização
Digitalização de processos	Necessidade de modernização administrativa
Exigências crescentes de controle externo	Maior rigor na governança

O ambiente externo impõe desafios relacionados à ampliação da fiscalização com recursos limitados, exigindo priorização e gestão eficiente.

1.5 Modelo de Geração de Valor Público

O CRQ-MT gera valor público por meio de:

1. Fiscalização preventiva e repressiva do exercício profissional;
2. Registro e controle de habilitação profissional;
3. Garantia de responsabilidade técnica nas atividades químicas;
4. Aplicação de sanções quando necessário;
5. Orientação técnica a profissionais e empresas.

Fluxo Simplificado de Geração de Valor

Sociedade ➡ Demanda por serviços seguros ➡
CRQ-MT fiscaliza e regulamenta ➡
Profissionais habilitados atuam regularmente ➡
Redução de riscos sanitários, ambientais e industriais ➡
Proteção da coletividade



Quadro 5 – Modelo Simplificado de Negócio Público

Elemento	Descrição
Insumos	Recursos financeiros (anuidades e taxas), servidores, conselheiros, infraestrutura
Atividades principais	Registro, fiscalização, julgamento, orientação técnica
Produtos/Entregas	Certidões, autos de infração, registros, decisões administrativas
Resultados Esperados	Regularidade do exercício profissional
Impacto Social	Proteção da sociedade e segurança sanitária, ambiental e industrial

O modelo evidencia que a geração de valor público ocorre por meio da regulação técnica e fiscalização do exercício profissional.

1.6 Políticas e Normas Direcionadoras

A atuação institucional é orientada por:

- Planejamento estratégico institucional;
- Regimento interno;
- Resoluções do CFQ;
- Normativos internos aprovados pelo Plenário;
- Diretrizes de governança pública;
- Normas do Tribunal de Contas da União relativas à prestação de contas.

1.7 Partes Interessadas

O CRQ-MT interage com múltiplos públicos estratégicos:

Públicos Internos

- Conselheiros
- Servidores e colaboradores
- Comissões técnicas



Públicos Externos

- Profissionais registrados
- Empresas registradas
- Órgãos públicos
- Ministério Público
- Instituições de ensino
- Sociedade em geral
- Sistema CFQ/CRQs

A gestão reconhece a necessidade de aprimorar continuamente os canais de comunicação e transparência com essas partes interessadas.

Quadro 6 – Principais Partes Interessadas

Publico	Interesse Principal
Profissionais registrados	Regularidade e atribuições
Empresas registradas	Conformidade legal
Sociedade	Segurança e qualidade técnica
Órgãos de controle	Regularidade da gestão
CFQ	Integração sistêmica
Instituições de ensino	Formação profissional

O relacionamento com as partes interessadas é conduzido por meio de canais institucionais formais, atendimento presencial e digital, além de comunicações oficiais.

1.8 Principais Desafios Institucionais Identificados em 2025

- Limitação de recursos humanos para ampliação da fiscalização;
- Necessidade de modernização de processos internos;
- Fortalecimento dos mecanismos de governança e gestão de riscos;

- Ampliação da cultura de planejamento orientado a resultados;
- Melhoria da integração entre áreas administrativas e finalísticas.

Quadro 7 – Principais Desafios

Desafio	Natureza
Ampliação da capacidade fiscalizatória	Estrutural
Modernização de processos internos	Administrativa
Implementação de gestão de riscos	Governança
Integração entre áreas técnicas e administrativas	Organizacional
Planejamento orientado a desempenho	Estratégica

Os desafios identificados orientam as ações de aprimoramento institucional previstas para os exercícios subsequentes.

CAPÍTULO 2

RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS

2.1 Contextualização

A gestão de riscos constitui instrumento essencial para assegurar que o CRQ-MT alcance seus objetivos institucionais, mantenha a regularidade de suas atividades finalísticas e preserve a confiança da sociedade na atuação fiscalizatória.

No exercício de 2025, a identificação de riscos foi realizada de forma preliminar e qualitativa, considerando a estrutura organizacional existente e o ambiente externo de atuação.

2.2 Principais Riscos Identificados

Visão Geral

Quadro 8 – Matriz Sintética de Riscos Estratégicos

Risco Identificado	Natureza	Impacto Potencial	Nível de Exposição*
Insuficiência de pessoal para fiscalização	Estratégico/Operacional	Redução da cobertura fiscalizatória	Médio
Dependência majoritária de receita de anuidades	Financeiro	Vulnerabilidade a inadimplência	Médio
Processos administrativos parcialmente manuais	Operacional	Morosidade e retrabalho	Médio
Ausência de sistema estruturado de gestão de riscos	Governança	Fragilidade preventiva	Médio
Crescimento da demanda regulatória	Estratégico	Pressão sobre capacidade instalada	Médio

*Classificação qualitativa baseada em avaliação interna.



2.3 Análise dos Riscos

Os riscos identificados refletem principalmente limitações estruturais típicas de autarquias de porte regional, especialmente no que se refere à capacidade de ampliação da fiscalização frente ao crescimento das atividades econômicas no Estado.

Não foram identificados riscos críticos com potencial imediato de descontinuidade institucional, contudo há exposição moderada relacionada à capacidade operacional e à modernização administrativa.

2.4 Matriz de Riscos – Probabilidade x Impacto

A avaliação dos riscos institucionais foi realizada considerando dois critérios qualitativos:

- **Probabilidade de ocorrência**
- **Impacto institucional**

Escala Utilizada

Probabilidade

Nível	Descrição
Baixa (1)	Evento improvável no curto prazo
Média (2)	Evento possível, já observado em situações semelhantes
Alto (3)	Evento provável ou recorrente

Impacto

Nível	Descrição
Baixa (1)	Impacto limitado e facilmente reversível
Média (2)	Impacto relevante, exigindo ação corretiva
Alto (3)	Impacto significativo sobre resultados institucionais



Matriz 3x3 – Classificação dos Riscos

Quadro 9 – Matriz de Riscos Estratégicos (2025)

Probabilidade ↓	Impacto →	Baixo (1)	Médio (2)	Alto (3)
Alta (3)			Risco 2	
Média (2)			Risco 1 / Risco 3	Risco 5
Baixa (1)			Risco 4	

Identificação dos Riscos

Código	Risco	Classificação
Risco 1	Insuficiência de pessoal para fiscalização	Prob. Média / Impacto Médio
Risco 2	Dependência de receita de anuidades	Prob. Alta / Impacto Médio
Risco 3	Processos administrativos parcialmente manuais	Prob. Média / Impacto Médio
Risco 4	Ausência de política formal de gestão de riscos	Prob. Baixa / Impacto Médio
Risco 5	Crescimento da demanda regulatória superior à capacidade instalada	Prob. Média / Impacto Alto

Análise Interpretativa

A matriz evidencia que:

- Não há riscos classificados como **Alta Probabilidade e Alto Impacto**.
- Há concentração de riscos na zona **Média/Média**, indicando necessidade de monitoramento.
- O risco com maior potencial de impacto institucional é o crescimento da demanda regulatória sem ampliação proporcional da estrutura.

A exposição geral do CRQ-MT no exercício de 2025 pode ser classificada como **moderada**, compatível com sua capacidade operacional atual.



Medidas Mitigadoras Existentes

Risco	Medidas Adotadas
Risco 1	Planejamento anual de fiscalização
Risco 2	Monitoramento de inadimplência
Risco 3	Início de digitalização de procedimentos
Risco 4	Inclusão do tema no planejamento institucional
Risco 5	Priorização de setores estratégicos

2.5 Oportunidades Institucionais

Quadro 10 – Oportunidades Estratégicas

Oportunidade	Potencial de Impacto
Digitalização de processos administrativo	Aumento de eficiência
Integração com o Sistema CFQ/CRQs	Padronização e suporte técnico
Parcerias institucionais	Ampliação de alcance fiscalizatório
Expansão do setor agroindustrial e ambiental	Maior relevância institucional
Capacitação interna	Melhoria da qualidade decisória

O ambiente externo apresenta oportunidades relacionadas ao crescimento do setor produtivo mato-grossense, ampliando a relevância da atuação regulatória do Conselho.

2.6 Gestão de Riscos e Controles Internos

Estrutura Atual

A gestão de riscos no exercício de 2025 ocorreu de forma integrada aos processos administrativos e deliberativos, ainda sem a formalização completa de uma política estruturada de gestão de riscos.



Mecanismos existentes:

- Análise prévia de processos pela assessoria técnica
- Deliberação colegiada no Plenário
- Controle financeiro por meio de relatórios periódicos
- Cumprimento das normas do CFQ e do TCU
- Segregação básica de funções administrativas

A gestão reconhece a necessidade de evoluir para modelo mais sistematizado, com formalização de matriz de riscos, definição de responsáveis e monitoramento periódico.

2.7 Perspectivas para os Próximos Exercícios

Quadro 10 – Direcionamentos Estratégicos

Eixo	Perspectiva
Governança	Estruturação formal da política de gestão de riscos
Fiscalização	Otimização do planejamento fiscalizatório
Tecnologia	Ampliação da digitalização de processos
Pessoas	Capacitação técnica e administrativa
Planejamento	Consolidação de cultura orientada a resultados

Para os exercícios subsequentes, o CRQ-MT buscará aprimorar a integração entre planejamento estratégico, gestão de riscos e monitoramento de desempenho, fortalecendo sua capacidade institucional de geração de valor público.



CAPÍTULO 3

GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO

3.1 Estrutura de Governança

A governança do CRQ-MT é estruturada com base em instâncias deliberativas e executivas que asseguram decisões colegiadas, observância normativa e controle institucional.

Quadro 11 – Estrutura de Governança

Instância	Natureza	Competência
Plenário	Deliberativa	Julgamento de processos e decisões estratégicas
Diretoria	Executiva	Gestão administrativa e financeira
Presidência	Representativa	Representação institucional
Comissões Técnicas	Consultiva	Análise especializada
Setor Administrativo	Operacional	Execução das atividades

A governança é orientada por decisões colegiadas, registro formal de atas e cumprimento das normas do CFQ e do TCU.

3.2 Estratégia Institucional

O planejamento estratégico do CRQ-MT orienta-se para:

- Manutenção da regularidade fiscalizatória
- Aprimoramento da gestão administrativa
- Fortalecimento da governança
- Sustentabilidade financeira
- Modernização de processos



Quadro 12 – Direcionadores Estratégicos 2025

Eixo Estratégico	Objetivo
Fiscalização	Garantir regularidade do exercício profissional
Gestão Administrativa	Melhorar eficiência operacional
Governança	Fortalecer controles internos
Tecnologia	Digitalizar procedimentos
Sustentabilidade	Assegurar equilíbrio financeiro

3.3 Relação entre Governança, Estratégia e Resultados

O CRQ-MT busca alinhar:

Governança ➡ Planejamento ➡ Execução ➡ Monitoramento ➡ Ajustes

A atuação estratégica está vinculada às deliberações do Plenário e ao acompanhamento administrativo, ainda em estágio de maturidade intermediária.

3.4 Ações de Melhoria Implementadas em 2025

Quadro 13 – Ações de Aperfeiçoamento

Área	Ação Realizada
Fiscalização	Planejamento anual estruturado
Administração	Revisão de rotinas internas
Governança	Inclusão do tema riscos no planejamento
Tecnologia	Início da digitalização de processos
Atendimento	Aperfeiçoamento do atendimento remoto

As ações refletem esforço de consolidação institucional, compatível com os recursos disponíveis.

4. Resultado da Área Finalística

4.1 JULGAMENTO

No triênio recente, o Plenário do **Conselho Regional de Química da 16ª Região – CRQ-MT** manteve atuação alinhada às competências estabelecidas em seu regimento interno e nas normativas do Sistema CFQ/CRQs, com destaque para as atividades de julgamento de processos administrativos e ético-profissionais, bem como para a emissão de orientações institucionais.



Em conformidade com os princípios da **transparência, eficiência e accountability**, apresenta-se a seguir a análise quantitativa das atividades realizadas pelo Plenário.

Atividade	2023	2024	2025
Julgamento	412	376	513
Orientação	2	6	10
Total	414	382	523

Processos Relatados no Plenário

Temática	2023	2024	2025
Recursos	5	3	0
Registro Profissional	120	98	178
Registro de empresas	45	56	62
Indicação de Responsabilidade Técnica	120	129	136
Aplicação de penalidade	10	12	14
Cancelamento de registro	112	78	123
Total	412	376	513

4.2 Análise dos Processos Deliberados pelo Plenário

No período analisado, compreendendo as Reuniões Plenárias Ordinárias, o Conselho Regional de Química da XVI Região deliberou sobre um total de **513 processos administrativos**, evidenciando elevado grau de produtividade e regularidade no funcionamento do colegiado.

A análise consolidada dos processos permite classificá-los conforme sua natureza, destacando-se o predomínio de matérias relacionadas à **regulação do exercício profissional e empresarial**, bem como ações voltadas ao **saneamento cadastral**.



4.3 Distribuição dos Processos por Categoria

Verificou-se a seguinte distribuição:

- **Registro Profissional:** 178 processos
- **Registro de Empresas:** 62 processos
- **Indicação de Responsabilidade Técnica:** 136 processos
- **Cancelamento de Registro:** 123 processos
- **Aplicação de Penalidades:** 14 processos
- **Recursos Administrativos:** não foram identificados no período

Observa-se que aproximadamente **73,30% dos processos** estão diretamente relacionados à atividade finalística de regulação (registros e responsabilidade técnica), reforçando o papel institucional do Conselho na organização e fiscalização do exercício profissional na área da Química.

4.4 Indicadores de Desempenho Decisório

O plenário apresentou **elevado índice de deferimento**, estimado em patamar superior a 95%, sendo os indeferimentos registrados de forma pontual e, em sua maioria, fundamentados em aspectos técnicos relacionados à responsabilidade técnica, cancelamentos ou processos de natureza fiscalizatória.


Adicionalmente, identificaram-se decisões condicionadas ou parcialmente deferidas em percentual reduzido, evidenciando rigor técnico na análise de casos específicos.

A baixa incidência de processos sancionatórios (**apenas 6 penalidades aplicadas**) demonstra que a atuação do Conselho, no período, manteve caráter predominantemente **orientativo e preventivo**, em consonância com boas práticas de governança pública.

4.5 Análise Qualitativa das Deliberações

A evolução das reuniões evidencia um comportamento institucional dinâmico, podendo ser sintetizado nos seguintes eixos:

- **Expansão cadastral:** verificada principalmente nas reuniões iniciais do período, com elevado número de registros profissionais e empresariais;
- **Saneamento e atualização de cadastro:** caracterizado pelo volume expressivo de cancelamentos de registro, indicando esforço institucional de depuração e atualização da base de dados;

- 
- **Equilíbrio regulatório:** com retomada gradual de processos de registro associada ao fortalecimento das análises de responsabilidade técnica;
 - **Fortalecimento da fiscalização:** evidenciado pela presença, ainda que pontual, de penalidades e indeferimentos técnicos;
 - **Estabilização operacional:** com manutenção do fluxo decisório e maior controle processual nas reuniões mais recentes.

4.6 Considerações sobre Governança e Eficiência

Os dados analisados demonstram que o Conselho apresentou:

- **Alta capacidade operacional**, refletida no volume de processos analisados;
- **Eficiência decisória**, evidenciada pelo elevado índice de deliberações conclusivas;
- **Consistência técnica**, com baixa incidência de retrabalho e decisões majoritariamente fundamentadas;
- **Aderência às competências institucionais**, com foco nas atividades de registro, fiscalização e regulação profissional.

Destaca-se, ainda, que o equilíbrio entre ações de expansão (novos registros) e de controle (cancelamentos e fiscalização) contribui para a **manutenção da qualidade e confiabilidade do cadastro profissional e empresarial**, elemento essencial para a atuação do Sistema CFQ/CRQs.

Conclui-se que o período analisado evidencia um modelo de gestão pautado na **eficiência, regularidade e responsabilidade técnica**, com atuação orientada à promoção da conformidade e ao fortalecimento do exercício legal da profissão química no âmbito da jurisdição do CRQ XVI Região Mato Grosso.

5. Resultado da Área Finalística

5.1 FISCALIZAÇÃO

No exercício de 2025, as atividades de fiscalização do CRQ-MT foram conduzidas em consonância com o planejamento estratégico institucional e com as diretrizes estabelecidas pela Decisão Normativa TCU nº 216/2025, assegurando aderência aos princípios da legalidade, eficiência e transparência.

A fiscalização tem como finalidade garantir o exercício legal das atividades químicas, proteger a sociedade e promover a valorização da profissão.

Dados quantitativos da fiscalização

Descrição	Quantitativo 2025
Profissionais com registro ativo (PF)	2057
Empresas com registro ativo (PJ)	720
Fiscalizações realizadas (total)	522
Fiscalizações decorrentes do Plano Anual	640
Fiscalizações decorrentes de denúncias	10
Gasto total com fiscalização (R\$)	177.226,44
Profissionais fiscalizados	283
Empresas fiscalizadas	239
Autos de infração lavrados	69
Denúncias recebidas	10
Processos éticos instaurados	1
Processos éticos julgados	0
Penalidades gravíssimas	0
Penalidades graves	0
Penalidades leves	0
Multas aplicadas por violação ética	0

Análise dos resultados

No exercício analisado, o CRQ XVI realizou 522 ações fiscalizatórias, alcançando aproximadamente 33,2% das empresas registradas, o que demonstra presença institucional relevante no estado. A taxa de autos de infração foi de 13,2%, indicando a identificação de irregularidades durante as inspeções realizadas. Todas as denúncias recebidas foram devidamente atendidas, evidenciando capacidade de resposta às demandas da sociedade. O custo médio da fiscalização foi de aproximadamente R\$ 339,51 por ação, demonstrando eficiência na aplicação dos recursos públicos. No âmbito ético-disciplinar, foi instaurado processo no exercício, o qual permanece em tramitação, refletindo o fluxo regular de análise processual. Observa-se ainda que o quantitativo de fiscalizações previstas no plano anual superou o número de ações realizadas, indicando adequações operacionais ao longo do exercício.



Perspectivas e aprimoramentos

Com base nos resultados obtidos em 2025, o CRQ-MT avaliará a implementação de ações de aprimoramento institucional, incluindo:

- revisão do Plano Anual de Fiscalização; priorizando áreas com maior índice de irregularidades e ampliando a cobertura de profissionais e empresas.
- aperfeiçoamento dos indicadores de desempenho institucional; como taxa de reincidência, tempo médio de resposta a denúncias e impacto das penalidades na regularização.
- fortalecimento dos canais de denúncia e comunicação com a sociedade; com campanhas de conscientização e simplificação do processo de registro, visando ampliar a participação da sociedade.
- capacitação contínua da equipe de fiscalização, com foco em técnicas de fiscalização, atualização normativa e uso de ferramentas tecnológicas.

Essas iniciativas visam fortalecer a governança, a integridade institucional e a efetividade das ações de fiscalização, contribuindo para a valorização da profissão química e para a proteção da sociedade.



CAPÍTULO 4

SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

4.1 Estrutura de Governança Financeira

A gestão financeira do CRQ-MT é estruturada com base em mecanismos formais de planejamento, execução, monitoramento e controle, observando os princípios da legalidade, economicidade, eficiência, transparência e responsabilidade fiscal aplicáveis às autarquias federais.

O processo orçamentário compreende:

1. Elaboração da proposta orçamentária anual;
2. Aprovação pelo Plenário;
3. Execução acompanhada por relatórios periódicos;
4. Controle contábil conforme normas aplicáveis ao setor público;
5. Prestação de contas aos órgãos de controle.

A governança financeira está inserida no ciclo institucional de decisão colegiada, assegurando rastreabilidade dos atos administrativos e conformidade normativa.

4.2 Modelo de Financiamento e Estrutura de Receitas

O CRQ-MT possui modelo de financiamento baseado predominantemente em receitas próprias, nos termos da Lei nº 12.514/2011.

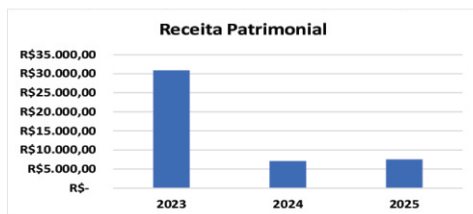
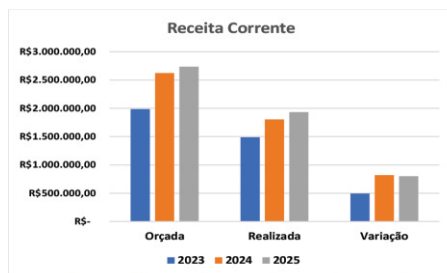
Quadro 17 – Estrutura das Receitas

Fonte	Natureza	Grau de Dependência
Anuidades PF	Receita Corrente	Elevado
Anuidades PJ	Receita Corrente	Elevado
Taxas e Emolumentos	Receita Corrente	Moderado
Multas Administrativas	Receita Corrente	Baixo

A elevada participação das anuidades no financiamento institucional caracteriza dependência estrutural típica dos Conselhos de Fiscalização Profissional, exigindo gestão ativa da inadimplência e planejamento prudencial.

4.3 Planejamento Orçamentário e Execução

O orçamento anual foi elaborado com base na estimativa de arrecadação e nas prioridades estratégicas definidas pelo Plenário.



	Despesa corrente	Pessoal e Encargos Sociais	Outras despesas correntes	Despesa capital	Investimentos
Orçado	R\$ 2.776.591,94	R\$ 751.311,04	R\$ 2.025.280,90	R\$ 3.995.446,67	R\$ 3.995.446,67
Realizado	R\$ 1.912.311,17	R\$ 385.349,54	R\$ 1.526.961,63	R\$ 37.199,97	R\$ 37.199,97
Variação	R\$ 864.280,77	R\$ 365.961,50	R\$ 498.319,27	R\$ 3.958.246,70	R\$ 3.958.246,70

Quadro 18 – Síntese da Execução Orçamentária

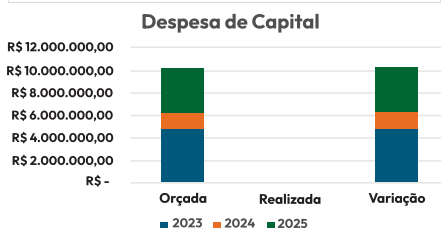
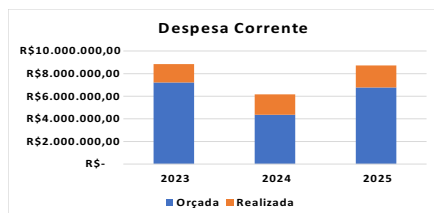
A execução apresentou compatibilidade entre previsão e realização, evidenciando planejamento realista e controle da despesa.

Não foram identificadas despesas sem cobertura orçamentária nem compromissos incompatíveis com a capacidade arrecadatória.

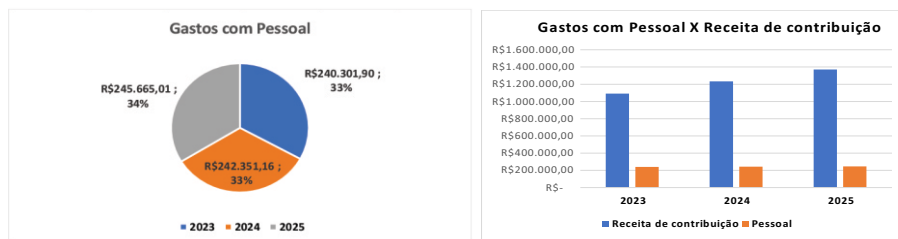
Classificação da Receita	Grupo Contábil	Orçada	Executada	Variação
Receitas Correntes		R\$ 2.734.038,61	R\$ 1.933.311,37	R\$ 800.727,24
	Receita de Contribuição	R\$ 1.869.049,61	R\$ 1.371.594,22	R\$ 497.455,39
	Receitas Patrimoniais	R\$ 29.197,00	R\$ 7.510,76	R\$ 21.686,24
	Serviços Administrativos	R\$ 143.346,00	R\$ 147.478,46	- R\$ 4.132,46
	Outras Receitas Correntes	R\$ 78.446,00	R\$ 176.727,93	- R\$ 98.281,93
	Transferências Correntes	R\$ 614.000,00	R\$ 230.000,00	R\$ 384.000,00
Receita de Capital		R\$ 4.038.000,00		R\$ 4.038.000,00

4.4 Estrutura e Qualidade da Despesa

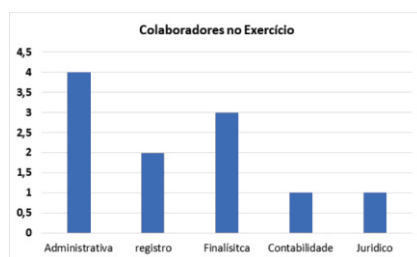
A composição da despesa revela predominância de gastos correntes, com destaque para pessoal e encargos, característicos de autarquias de pequeno e médio porte.



Quadro 19 – Estrutura da Despesa



A estrutura demonstra foco na manutenção das atividades finalísticas, sem expansão significativa de despesas de capital.



Análise Crítica da Execução Orçamentária e Financeira Exercício 2025

A execução orçamentária do exercício de 2025 evidencia um cenário de **prudência fiscal e aderência às normas de responsabilidade na gestão pública**, com ausência de despesas sem cobertura orçamentária e manutenção do equilíbrio entre arrecadação e compromissos assumidos. Contudo, a análise detalhada dos dados revela **pontos de atenção relevantes sob a ótica da eficiência, previsibilidade e capacidade de investimento institucional**.

1. Desempenho da Receita

Observa-se que a receita corrente executada (R\$ 1.933.311,37) ficou **significativamente abaixo da previsão orçamentária (R\$ 2.734.038,61)**, representando uma frustração de arrecadação da ordem de aproximadamente **29,3%**.



Os principais fatores que contribuíram para esse resultado foram:+

- **Receitas de Contribuição:** principal fonte arrecadatória, apresentou execução inferior em cerca de R\$ 497 mil, indicando possível:
 - inadimplência acima do esperado;
 - superestimação na previsão inicial;
 - ou impacto de fatores econômicos sobre os profissionais e empresas registradas.
- **Transferências Correntes:** execução de apenas R\$ 230 mil frente a R\$ 614 mil previstos, evidenciando **baixa concretização de receitas interinstitucionais**, o que pode indicar fragilidade na dependência de recursos externos.
- **Receitas de Capital:** ausência total de execução (R\$ 0,00), apesar da previsão expressiva (R\$ 4.038.000,00), configurando **descompasso relevante entre planejamento e capacidade real de captação/investimento**.

Por outro lado, destacam-se:

- **Serviços Administrativos:** desempenho acima do previsto, sugerindo **boa performance operacional**;
- **Outras Receitas Correntes:** superação significativa da previsão, o que pode indicar **baixa precisão na estimativa ou eventos não recorrentes**.

Por fim, o conjunto evidencia um **planejamento orçamentário com fragilidades na estimativa de receitas**, especialmente nas rubricas de capital e transferências, comprometendo a previsibilidade financeira.

2. Execução da Despesa

A despesa total executada apresentou-se **substancialmente inferior à dotação autorizada**, refletindo uma taxa de execução reduzida, especialmente nas despesas de capital.

Principais destaques:

Despesas Correntes:

- Execução de R\$ 1.912.311,17 frente a R\$ 2.776.591,94 previstos;
- Redução proporcional alinhada à frustração de receita;
- Indica **adequação da despesa à realidade arrecadatória**, preservando o equilíbrio fiscal.



Pessoal e Encargos:

- Execução de aproximadamente 51% do valor previsto;
- Pode indicar:
 - § vacâncias de cargos;
 - § contenção de gastos;
 - § ou superestimação orçamentária inicial.

Outras Despesas Correntes:

- Execução moderada, evidenciando controle, porém podendo refletir restrições operacionais.

Despesas de Capital (Investimentos):

- Execução extremamente baixa (R\$ 37.199,97 frente a R\$ 3.995.446,67 previstos);
- Representa um dos principais pontos críticos da gestão.

A execução demonstra postura conservadora e controle fiscal, porém com baixa capacidade de conversão do planejamento em investimentos efetivos, limitando a modernização institucional.

A execução demonstra **postura conservadora e controle fiscal**, porém com **baixa capacidade de conversão do planejamento em investimentos efetivos**, limitando a modernização institucional.

3. Estrutura da Despesa

A composição da despesa confirma a **predominância de gastos correntes**, especialmente com pessoal e custeio da máquina administrativa, característica típica de conselhos profissionais.

Entretanto, observa-se:

Baixa participação de despesas de capital, indicando:

- reduzida expansão estrutural;
- limitações na modernização tecnológica e operacional;
- possível impacto na eficiência de longo prazo.

A manutenção de uma estrutura altamente concentrada em despesas correntes pode comprometer a **capacidade de inovação e melhoria dos serviços prestados à sociedade**.



4. Avaliação da Eficiência e Governança

Sob a ótica da governança pública, destacam-se aspectos positivos e fragilidades:

Aspectos positivos:

- Manutenção do equilíbrio orçamentário;
- Ausência de irregularidades formais na execução;
- Adequação da despesa à receita realizada;
- Controle fiscal efetivo.

Fragilidades identificadas:

- Baixa acurácia na previsão de receitas;
- Frustração relevante de arrecadação;
- Inexecução de receitas e despesas de capital;
- Índícios de planejamento superdimensionado;
- Baixa capacidade de execução de investimentos estratégicos.

5. Recomendações e Perspectivas

Com base na análise, o CRQ XVI MT irá priorizar:

- Aprimoramento das metodologias de previsão de receitas, com base em séries históricas e indicadores de inadimplência;
- Revisão da estratégia de captação de receitas de capital, com maior realismo e viabilidade técnica;
- Fortalecimento da política de cobrança e recuperação de créditos;
- Reprogramação orçamentária mais dinâmica ao longo do exercício;
- Ampliação da execução de investimentos, especialmente em:
 - transformação digital;
 - fiscalização;
 - melhoria dos serviços ao registrado.



A execução orçamentária de 2025 reflete uma gestão **responsável sob o ponto de vista fiscal**, porém evidencia **desafios estruturais na qualidade do planejamento e na capacidade de execução**, especialmente no que se refere à realização de investimentos.

O aprimoramento desses aspectos será fundamental para fortalecer a **efetividade das políticas institucionais, a modernização da gestão e a entrega de valor público à sociedade**.

5a – Despesas Extra Orçamentaria, Decréscimos Patrimoniais

Na conta ativo permanente, ocorre mudança de acréscimos de aquisição de equipamentos a cada exercício e há a necessidade de contabilizar os desgastes dos bens em gerais. Efetua-se, no fim de cada exercício o cálculo da depreciação, que tem como parâmetro as taxas estipuladas pela legislação fiscal. Sendo assim, o cálculo dos bens que estão em atividades, deu-se o valor da depreciação em R\$ 28.638,69 (vinte e oito mil seiscentos e trinta e oito reais e sessenta e nove).

Do critério adotado para aplicação da depreciação dos bens

O método utilizado, é o Linear, quotas em avos constante, ou seja, dividindo-se o valor pelo tempo de vida útil estimada para o bem.

O valor da depreciação foi contabilizado pelo início imediato de seu uso, obedecendo a sua proporcionalidade no exercício em questão.

A taxa anual adotada pelo CRQ XVI, é a seguinte:

Bens	Vida Útil	Taxa Depreciação
Máquinas Aparelhos para Escritórios	10 anos	10%
Aparelhos Usos diversos	10 anos	10%
Mobiliários em Geral	10 anos	10%
Veículos	5 anos	20%
Tecnologia da Informação	5 anos	20%
Equipamentos em informática	5 anos	20%

5b. Da provisão para devedores Duvidosos

Durante o exercício de 2024 foram provisionados valores para provisão de Devedores Duvidosos no montante de 121.787,34 e no Exercício de 2025 foram recebidos o valor de R\$ 78.191,43. E a Provisão para Devedores Duvidosos no exercício de 2025 foram provisionada a quantia de R\$ 121.595,14.

4.5 Gestão da Inadimplência e Sustentabilidade

A inadimplência representa risco financeiro relevante, monitorado por meio de:

- Acompanhamento periódico dos índices de inadimplência;
- Notificações administrativas;
- Parcelamentos regulamentados;
- Cobrança formal quando necessário.

Quadro 20 – Indicadores de Sustentabilidade

Indicador	Avaliação 2025
Índice de inadimplência PF	1092
Índice de inadimplência PJ	125
Resultado orçamentário	Equilíbrio
Capacidade de custeio	Adequada

A exposição ao risco financeiro é classificada como **moderada**, sem comprometer a continuidade institucional.

Os indicadores de inadimplência apresentados evidenciam um ponto de atenção relevante na sustentabilidade financeira do Conselho, especialmente em função da dependência estrutural de receitas provenientes de anuidades.

No exercício de 2025, foram registrados:

- **1.092 profissionais inadimplentes (PF)**
- **125 empresas inadimplentes (PJ)**

Considerando a base cadastral do Conselho:

- **Profissionais ativos: 2.057**
- **Empresas registradas: 720**

Taxa estimada de inadimplência:

- **PF:** aproximadamente **53,1%**
- **PJ:** aproximadamente **17,4%**

A inadimplência entre **pessoas físicas apresenta nível elevado**, superior à metade da base ativa, o que caracteriza:

- Risco potencial à previsibilidade da arrecadação;
- Redução da capacidade de investimento institucional;
- Maior dependência de ações de cobrança administrativa;
- Pressão sobre a sustentabilidade de médio prazo.

Por outro lado, a inadimplência de **pessoas jurídicas mantém-se em patamar moderado**, indicando maior regularidade no segmento empresarial.

Contraponto Positivo

Apesar do nível elevado de inadimplência entre profissionais:

- ✓ O Conselho manteve **equilíbrio orçamentário no exercício**
- ✓ A **capacidade de custeio foi considerada adequada**
- ✓ Não houve comprometimento das atividades finalísticas
- ✓ A fiscalização foi executada regularmente

Recomendações para a governança

- Intensificação de políticas de cobrança administrativa
- Ampliação de programas de regularização e parcelamento
- Uso de ferramentas digitais para recuperação de crédito
- Integração com ações de fiscalização (inadimplência x irregularidade)
- Monitoramento periódico com indicadores formais

A inadimplência observada no exercício de 2025, especialmente no segmento de pessoas físicas, configura fator de atenção para a gestão financeira do CRQ-MT. Embora não tenha comprometido o equilíbrio orçamentário no período, seu elevado nível reforça a necessidade de aprimoramento das estratégias de recuperação de crédito e gestão da arrecadação, com vistas à manutenção da sustentabilidade institucional.



4.6 Controles Internos e Conformidade Contábil

A gestão financeira observou:

- Segregação básica de funções;
- Registro formal de atos administrativos;
- Conformidade com normas contábeis aplicáveis ao setor público;
- Acompanhamento da execução orçamentária;
- Cumprimento das exigências do TCU e do CFQ.

A maturidade do controle financeiro é considerada **intermediária**, com potencial de evolução para modelo mais estruturado de monitoramento por indicadores financeiros estratégicos.

4.7 Análise de Sustentabilidade de Médio Prazo

A sustentabilidade institucional depende:

- Da manutenção da base de profissionais e empresas registradas;
- Do controle da inadimplência;
- Da racionalização das despesas administrativas;
- Da modernização gradual dos processos.

Não há indícios de desequilíbrio estrutural imediato. Contudo, a dependência significativa de receita própria exige monitoramento contínuo e planejamento prudencial.

4.8 Conclusão Técnica

No exercício de 2025, o CRQ-MT apresentou:

- Equilíbrio orçamentário
- Conformidade normativa
- Controle regular da execução financeira
- Ausência de passivos críticos relevantes
- Sustentabilidade financeira classificada como estável

A governança financeira encontra-se em nível adequado ao porte institucional, com oportunidades de aprimoramento relacionadas à formalização de indicadores estratégicos e à integração com a gestão de riscos.



NOTA EXPLICATIVA Nº 01

Base de Elaboração e Contexto Operacional

4.1 Base Normativa e Critérios Contábeis

O Conselho Regional de Química da 16ª Região – Mato Grosso (CRQ-MT), autarquia federal criada pela Lei nº 2.800/1956, elaborou suas demonstrações contábeis referentes ao exercício de 2025 em conformidade com:

- Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP);
- Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP);
- Normativos da Secretaria do Tesouro Nacional (STN);
- Diretrizes do Tribunal de Contas da União (TCU);
- Normativos do Sistema CFQ/CRQs.

A escrituração contábil adotou:

- Regime de competência para registros patrimoniais;
- Regime orçamentário para execução da despesa pública.

O ativo imobilizado encontra-se registrado pelo custo de aquisição, com depreciação sistemática conforme vida útil estimada, observadas as normas vigentes.



NOTA EXPLICATIVA Nº 02

Principais Práticas Contábeis

As principais práticas adotadas foram:

a) Regime Contábil

Os registros contábeis foram realizados pelo regime de competência para receitas e despesas patrimoniais, observando-se o regime orçamentário para fins de execução da despesa pública.

b) Receitas

As receitas são compostas majoritariamente por:

- Anuidades de pessoas físicas e jurídicas;
- Taxas e emolumentos;
- Multas administrativas;
- Outras receitas eventuais.

O reconhecimento ocorre conforme a constituição do crédito, observadas as normas aplicáveis.

c) Despesas

As despesas foram reconhecidas de acordo com sua competência, respeitando as fases de empenho, liquidação e pagamento.

d) Ativo Imobilizado

Registrado pelo custo de aquisição, com depreciação conforme critérios estabelecidos pelas normas contábeis aplicáveis ao setor público.



NOTA EXPLICATIVA N° 03

Gestão da Inadimplência

A arrecadação institucional depende majoritariamente de anuidades, sendo a inadimplência fator relevante para a sustentabilidade financeira.

No exercício de 2025:

- O índice de inadimplência de pessoas físicas foi de 53,1%
- O índice de inadimplência de pessoas jurídicas foi de 17,4%
- Foram adotadas medidas administrativas de cobrança e parcelamento.

O nível de inadimplência não comprometeu a continuidade das atividades institucionais.



NOTA EXPLICATIVA Nº 04

Controles Internos e Conformidade

A gestão financeira observou mecanismos básicos de controle interno, incluindo:

- Segregação de funções administrativas;
- Registro formal das deliberações do Plenário;
- Monitoramento periódico da execução orçamentária;
- Observância às normas do TCU e do CFQ.

Não foram identificadas irregularidades relevantes que impactassem as demonstrações contábeis do exercício.



NOTA EXPLICATIVA Nº 05

Sustentabilidade Financeira

A análise da estrutura financeira indica:

- Dependência predominante de receitas próprias;
- Equilíbrio entre receitas e despesas;
- Ausência de passivos críticos relevantes;
- Capacidade de custeio compatível com a estrutura institucional.

A sustentabilidade financeira do CRQ-MT é classificada como estável, condicionada à manutenção do nível de arrecadação e ao controle da inadimplência.



NOTA EXPLICATIVA N° 06

Eventos Subsequentes

Até a data de elaboração das demonstrações contábeis, não foram identificados eventos subsequentes relevantes que alterassem de forma significativa a posição patrimonial e financeira do CRQ-MT no exercício de 2025.



Diretoria

Presidente: Suzana Aparecida da Silva

Licenciada e Bacharel em Química

gabinete@crq16.org.br

Vice Presidente: Gicelle Gomes

Bacharel em Química

gicelle@rgresponse.com

Secretária: Lisandra de Abreu Nery

Química Industrial

Lisandra.nery@ifmt.edu.br

Tesoureiro: Adirson Ferreira de Siqueira

Técnico em Química

siqueiracba@gmail.com

A escolha para o cargo de Presidente é através de eleição, segundo a Resolução Normativa nº 205 de 24/10/2006 do CFQ e Regimento Interno do CRQ XVI. As exigências quanto ao perfil para ocupar o cargo é ser profissional da química registrado e com situação regular junto ao CRQ XVI e Entidade de Classe. O mandato tem validade de três anos.

O processo de escolha para os cargo da Diretoria é preenchido por Conselheiros Efetivos, eleitos anualmente pelo Plenário, segundo a Resolução Normativa nº 109/1988 do CFQ. As exigências quanto ao perfil para ocupar o cargo é ser profissional da química registrado e com situação profissional regular junto ao CRQ XIV e Entidade de Classe.

O Colegiado

O Plenário do CRQ-XIV Região é composto conforme a Resolução Normativa nº142/1994, por três Conselheiros efetivos e respectivos Suplentes sendo um engenheiro químico, um químico industrial e um bacharel ou licenciado em Química, eleitos pela Assembléia de Delegados-Eleitores de todos os Cursos Superiores de Química oficial ou oficialmente reconhecidos. Seis Conselheiros efetivos e respectivos suplentes eleitos pela Assembleia de Delegados-Eleitores de sindicatos e/ou de associações profissionais da Química registrados em Conselho Regional e que tenham adquirido personalidade jurídica de acordo com o que prescreve o § 1º do Art. 2º da RN n.º 140 de 17.12.93.



METODOLOGIA DE ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO 2025

O Relatório de Gestão 2025 do Conselho Regional de Química da 16ª Região – Mato Grosso (CRQ-MT) foi elaborado em conformidade com as diretrizes do Tribunal de Contas da União (TCU), com foco na transparência, confiabilidade das informações e prestação de contas à sociedade.

A metodologia adotada compreendeu:

- **Definição da estrutura do relatório**, alinhada ao modelo orientado pelo TCU;
- **Coleta e consolidação de dados institucionais**, provenientes de sistemas administrativos, registros contábeis, relatórios de fiscalização e documentos oficiais;
- **Tratamento e análise técnica das informações**, com cálculo de indicadores e avaliação dos resultados institucionais;
- **Elaboração de conteúdos analíticos e quadros demonstrativos**, integrando planejamento, execução e desempenho;
- **Integração com documentos comprobatórios**, constantes nos anexos, assegurando rastreabilidade;
- **Revisão técnica e validação institucional**, garantindo conformidade normativa e consistência das informações.

A abordagem adotada priorizou a análise qualitativa dos dados, assegurando um relatório claro, consistente e aderente às exigências dos órgãos de controle.



DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE DAS INFORMAÇÕES

Declaramos, para os devidos fins, que as informações constantes no Relatório de Gestão referente ao exercício de 2025 do Conselho Regional de Química da 16ª Região – Mato Grosso (CRQ-MT) foram elaboradas com base em dados extraídos de sistemas institucionais, registros contábeis oficiais, relatórios administrativos e demais documentos formais da Autarquia.

As informações apresentadas refletem, de forma fidedigna, a posição patrimonial, financeira, orçamentária e operacional do Conselho no período, tendo sido submetidas a procedimentos internos de verificação, consolidação e validação pelas áreas responsáveis.

Declaramos, ainda, que:

- Os dados apresentados são íntegros, consistentes e passíveis de comprovação documental;
- Não houve omissão de informações relevantes que possam comprometer a adequada compreensão da gestão;
- As demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com as normas aplicáveis ao setor público;
- O relatório observa as diretrizes estabelecidas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) para prestação de contas.

Por fim, assumimos a responsabilidade pela veracidade, integridade e completude das informações apresentadas, colocando-nos à disposição dos órgãos de controle para eventuais esclarecimentos.

Cuiabá – MT, Março de 2026

Suzana Aparecida da Silva
Presidente do CRQ 16ª Região – MT

Jackson Brisard Gomes

Responsável Técnico Contábil
CRC-MT 005072/O-5



DECLARAÇÃO DE APROVAÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO

A Diretoria do Conselho Regional de Química da 16ª Região – Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e regimentais, declara que o **Relatório de Gestão referente ao exercício de 2025** foi devidamente analisado, discutido e aprovado pelas instâncias competentes desta Autarquia.

O referido relatório foi elaborado em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo Tribunal de Contas da União (TCU), contemplando informações relativas à governança, estratégia, desempenho institucional, gestão de riscos e sustentabilidade financeira e orçamentária.

A Diretoria atesta que o documento reflete, de forma adequada e transparente, os atos de gestão praticados no período, estando em consonância com os registros administrativos, contábeis e operacionais do Conselho.

Cuiabá – MT, Março de 2026

Suzana Aparecida da Silva

Presidente do CRQ 16ª Região – MT

Gicelle Gomes

Vice-Presidente

Lisandra de Abreu Nery

Secretária

Adirson Ferreira de Siqueira

Tesoureiro



PARECER DA COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

A Comissão de Tomada de Contas do Conselho Regional de Química da 16ª Região – Mato Grosso, no exercício de suas atribuições, procedeu à análise do Relatório de Gestão e das Demonstrações Contábeis referentes ao exercício de 2025.

Verificou-se que a execução orçamentária e financeira ocorreu em conformidade com o orçamento aprovado, não sendo identificadas inconsistências relevantes. As demonstrações contábeis refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira do Conselho, em observância às normas aplicáveis ao setor público.

Constatou-se, ainda, a existência de controles internos compatíveis com a estrutura institucional, bem como a manutenção do equilíbrio orçamentário e da capacidade de custeio das atividades.

Diante do exposto, a Comissão opina pela:

**APROVAÇÃO das contas do exercício de 2025 do
CRQ 16ª Região – Mato Grosso.**

Cuiabá – MT, Março de 2026

Pedro Barreto

Presidente da Comissão de Tomada de Contas

Luciana kimie Savay da Silva

Conselheira e Membro

Evandro José da Silva

Conselheiro e Membro



ACORDÃO

O Plenário do CRQ XVI Região Mato Grosso reunido na 176ª reunião Plenária analisou a Prestação de Contas do Conselho Regional de Química da 16ª Região – Mato Grosso, referente ao exercício de 2025, composta pelo Relatório de Gestão, Demonstrações Contábeis, Notas Explicativas e demais documentos pertinentes. A Comissão de Tomada de Contas manifestou-se favoravelmente à aprovação das contas, destacando a regularidade da execução orçamentária e a adequação das informações contábeis apresentadas. Vistos, relatados e discutidos os autos, o Plenário do Conselho Regional de Química da 16ª Região – Mato Grosso, por unanimidade, decide:

APROVAR a Prestação de Contas do exercício de 2025 do Conselho Regional de Química da 16ª Região – Mato Grosso, por estarem em conformidade com as normas aplicáveis e refletirem adequadamente a gestão administrativa, orçamentária e financeira da Autarquia.

Determina-se o encaminhamento do presente Acórdão juntamente com o Relatório de Gestão aos órgãos de controle competentes.

Cuiabá, Março de 2026.

Suzana Aparecida da Silva

Presidente CRQ XVI Região Mato Grosso